

**AUTO POSTO ZENI LTDA, VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA,
VILMAR FRANCISCO ZENI, ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA,
ANDRÉ FRANCISCO ZENI**

PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO



ÍNDICE

1. CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL	4
2. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	15
3. CLASSE IV – CRÉDITOS ME / EP	25



PARECER SOBRE AS IMPUGNAÇÕES E HABILITAÇÕES RETARDATÁRIAS

Recuperação Judicial: Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola, Vilmar Francisco Zeni, André Francisco Zeni Agrícola, André Francisco Zeni.

Processo: 0003921-09.2021.8.16.0131

Juízo: 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco/PR.

Aprioristicamente, cumpre salientar que segue em anexo a **Relação Nominal de Credores da AJ-Art. 7º §2º**, contemplando a relação sintética de credores e seus respectivos créditos apurados por esta Administradora Judicial, na fase administrativa de verificação dos créditos. Ainda, segue pormenorizadamente no **Relatório da Fase Administrativa** anexo, a descrição individualizada de cada crédito, seus respectivos valores e o resultado das análises realizadas. Por fim, no presente **Parecer Habilitações e Divergências de Crédito**, seguem na íntegra as análises realizadas por esta Administradora Judicial das habilitações e/ou divergências apresentadas nos moldes previstos pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005.

Imperioso mencionar que houve apresentação de habilitações/divergências de crédito, pelos seguintes credores, em consonância ao no prazo previsto pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: **Classe II – Créditos com Garantia Real: Banco do Brasil S/A, Cooperativa De Crédito Com Interação Solidária Liderança – Cresol Liderança, Cooperativa De Crédito Integrado Sicoob Integrado, Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu – Sicredi Iguaçu e Turim Fertilizantes Beltrão LTDA, Classe III – Créditos Quirografários: Banco Bradesco S/A, Banco do Brasil S/A, Coasul Cooperativa Agroindustrial, Coopavel Cooperativa Agroindustrial, Daniel Perin Bandeira e Scherer S/A Comércio de Autopeças, Classe IV – Créditos ME/EPP: LA Comércio de Lubrificantes Eireli e Tecnopuro Tecnologia em Purificacao Eireli.**

Ante o exposto, esta Administradora Judicial entende pertinente tecer breves considerações acerca das habilitações/divergências apresentadas pelos credores supramencionados.

1

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

CLASSE II

CRÉDITOS COM GARANTIA REAL



1.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR BANCO BRADESCO S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 389.730,95	R\$ 119.453,01	R\$ 119.453,01

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão de um de seus créditos da Relação Nominal de Credores, tendo em vista sua natureza extraconcursal, bem como a inclusão e correção do valor de demais créditos de sua titularidade.

Ante o exposto, cumpre-se mencionar que o primeiro contrato em pauta fora avençado pelo Credor junto ao Devedor Vilmar Francisco Zeni, na data de 08/09/2020, tratando-se de **Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 005.378.247**, no montante de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no qual possui como **garantia de alienação fiduciária** “TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO 7390, ANO 2016. N° SERIE 7390354217”, avaliado em R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), sendo o contrato elencado pelas Recuperandas em duas classes, Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários.

Neste interim, insta salientar que de acordo com o art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005 **“Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais (...).”**

Em consonância, encontra-se o entendimento majoritário do STJ e TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TRAVAS BANCÁRIAS. **CÉDULA DE CRÉDITO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.** CREDOR TITULAR DE POSIÇÃO DE PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO SOBRE DIREITOS CREDITÍCIOS. NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 49 DA LEI Nº. 11.101/2005. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. DECISÃO Da análise do agravo de instrumento que deu origem ao recurso, pode-se inferir que nos autos da recuperação judicial das empresas IDEAL 2 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EMBALAGENS EIRELLI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (IDEAL 2) arrolou na lista de credores o crédito no importe de R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais). Nesse contexto, o BANCO SAFRA S.A. (BANCO) apresentou impugnação, pleiteando a redução de seu crédito para o importe de R\$ 17.006,97 (dezessete mil, seis reais e noventa e sete centavos) na classe quirografária, pois entendeu que parte do valor constante da lista impugnada refere-se ao contrato CCB 5153377, que supostamente não se submeteria aos efeitos da recuperação judicial, visto que garantido por alienação fiduciária prestada por terceiros. O Juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP julgou procedente o pedido de impugnação de crédito, para fins de determinar a exclusão da relação de credores do crédito arrolado

em favor da instituição financeira oriundo da cédula de Crédito Bancário CCB 5153377. Dessa decisão, IDEAL 2 interpôs gravo de instrumento, no qual defendeu a submissão do crédito aos efeitos da recuperação judicial. O Tribunal de Justiça de São Paulo, no entanto, negou-lhe provimento, nos termos do acórdão relatado pelo Des. ALEXANDRE LAZZARINI, em acórdão assim ementado: [...] Desse modo, e embora por fundamentos diversos, é de rigor a manutenção da decisão agravada, que acolheu a impugnação de crédito apresentada pelo “Banco Safra S/A.” (e-STJ, fl. 404). Assim o fazendo, **o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, que consolidou o entendimento de que não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária.** A propósito, os seguintes precedentes: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TRAVAS BANCÁRIAS. CÉDULA DE CRÉDITO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CREDOR TITULAR DE POSIÇÃO DE PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO SOBRE DIREITOS CREDITÍCIOS. **NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 49 DA LEI Nº. 11.101/2005.** DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR PARA OPOSIÇÃO CONTRA O DEVEDOR. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] (AgInt no REsp 1.641.175/RS, da minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/6/2020, DJe 4/6/2020).¹

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia.** Recurso provido, com observação”.²

Desta forma, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** do requerimento formulado pelo Credor, reconhecendo a natureza extraconcursal do crédito derivado da **Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 005.378.247**, portanto, não submetido aos efeitos da Recuperação Judicial, sendo excluído da presente Relação de Credores.

Ademais, requereu o Credor a atualização do crédito oriundo da **Cédula de Crédito Bancário nº 402013**, celebrada em 29/04/2021 junto ao produtor rural Vilmar Francisco Zeni, no montante original de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais).

Neste interim, em análise à planilha de débito atualizada apresentada pelo Credor, verifica-se que fora devidamente observado o limite de aplicação de correção monetária previsto pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, o qual perfez o montante de R\$ 119.453,01 (cento e dezenove mil quatrocentos e cinquenta e três reais e um centavo).

Ante o exposto, considerando que o crédito encontra-se devidamente atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial, em consonância ao art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** do requerimento formulado pelo Credor, sendo o crédito

¹STJ - REsp: 1859010 SP 2020/0011527-7, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 01/07/2020

²TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

derivado da **Cédula de Crédito Bancário nº 402013** retificado para a monta de **R\$ 119.453,01 (cento e dezenove mil quatrocentos e cinquenta e três reais e um centavo)**, habilitado na Classe II – Créditos com Garantia Real.

1.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR BANCO DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.734.804,61	R\$ 2.034.846,00	R\$ 3.361.402,47

O Credor Banco do Brasil S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de seu crédito habilitado na Classe II – Créditos com Garantia Real.

Cédula de Crédito Bancário nº 856.302.041 emitida em 27/08/2020, em nome de Auto Posto Zeni LTDA, no importe de R\$ 1.000.008,00 (um milhão e oito reais), possuindo **como garantia** hipotecária cedular de 1º grau, imóvel de propriedade de Vilmar Francisco Zeni, matrícula nº 9.651, do 2º CRI de Pato Branco/PR e, ainda, hipoteca cedular de 3º grau do imóvel de propriedade de Vilmar Francisco Zeni, matrícula nº 6.192, do 2º CRI de Pato Branco/PR.

Para instruir seu requerimento, apresentou planilha de débito atualizada do crédito em pauta, em que se encontra limitada a incidência de juros e correção monetária à data do pedido de Recuperação Judicial, em consonância ao art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, perfazendo o importe de **R\$ 995.320,38 (novecentos e noventa e cinco mil, trezentos e vinte reais e trinta e oito centavos)**.

Cédula de Crédito nº 40/06024-1, emitida em 19/03/2020, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 191.803,20 (cento e noventa e um mil, oitocentos e três reais e vinte centavos), possuindo como garantia penhor cedular de 1º grau da colheita da lavoura de MILHO TRANSG (GRÃOS) do período de ago/2020 à jul/2021, 750.000 kgs, no valor de R\$ 367.500,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Assim sendo, requer o credor a atualização monetária do débito da CCB em análise, perfazendo a monta de **R\$ 189.549,42 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos)**, conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06035-7, emitida em 24/03/2020, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 298.544,80 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), possuindo como garantia penhor de 1º grau da colheita da lavoura de SOJA TRANSG (GRÃOS) do período de set/2020 à ago/2021, 533.000 kgs, no valor de R\$ 602.290,00 (seiscentos e dois mil, duzentos e noventa reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Requer o Credor a atualização monetária do débito da cédula em análise, perfazendo a monta de **R\$ 180.391,68 (cento e oitenta mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos)**, conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06080-2, emitida em 24/03/2020, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 177.897,22 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos), possuindo como garantia Penhor Cédular de 1º Grau a colheita da lavoura SOJA TRANSG (grãos) no período de set/2020 a ago/2021, 319.800 kgs., no valor de R\$ 374.166,00 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Requer o Credor a atualização monetária do débito da cédula em análise, perfazendo a monta de **R\$ 163.970,73 (cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta reais e setenta e três centavos)**, conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06318-6, emitida em 10/12/2020, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 302.958,60 (trezentos e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), possuindo como garantia Penhor agrícola 1º grau de 420.000 kgs de soja em grãos, da safra 2019/2020, no valor total de R\$ 302.958,00 (trezentos e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Requer o Credor a atualização monetária do débito da cédula em análise, perfazendo a monta de **R\$ 163.970,73 (cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta reais e setenta e três centavos)**, conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06347-X, emitida em 13/01/2021, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 228.900,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos reais), possuindo como garantia Penhor de 1º grau do veículo FORD RANGER LIMITED 2.3, Chassi 8AFAR23L8MJ217770, ano 2020/2021, no valor do contrato, de R\$ 228.900,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Requer o Credor a atualização monetária do débito da cédula em análise, perfazendo a monta de R\$ 247.863,67 (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06237-6, emitida em 25/09/2020, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 299.455,91 (duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), possuindo como garantia Penhor agrícola de 1º grau de Feijão Phaseolus Cores, do período agrícola de jan/2021 a dez/2021, 318.500 kgs., no valor de R\$ 917.280,00 (novecentos e dezessete mil, duzentos e oitenta reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06390-9, emitida em 12/03/2021, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 200.155,33 (duzentos mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos), possuindo como garantia Penhor de 1º grau da colheita da lavoura de trigo (pão) - maio/2021 a abril/2022, com produção estimada de 320.000 kgs, avaliado em R\$ 355.200,00



(trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Bancária nº 40/05194-3, emitida em 31/10/2017, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 142.600,00 (cento e quarenta e dois mil e seiscentos reais), possuindo como garantia Hipoteca Cédular de 2º grau do Imóvel Rural, Matrícula nº 20.848, Lote 49, Gleba nº 07 DV, do Núcleo de Dois Vizinhos/PR, do CRI da Comarca de Dois Vizinhos/PR, de propriedade de Luiz Americo Zeni (CPF:26.148.159-34).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual esta Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 40/06413-1, emitida em 08/04/2021, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais), possuindo como garantia Penhor Cédular de 2º Grau de 1 (uma) Plataforma para Colheitadeira Massey Ferguson, modelo 1145, ano 2011, chassi 711L00140100, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e, também, 1 (uma) Colheitadeira Auto-Motriz Cereais John Deere 207 CV, ano 2011, chassi 1CQ9470ACB0000414, no valor de R\$ 336.178,35 (trezentos e trinta e seis mil, cento e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual esta Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Rural Pignoratícia nº 216.911.497, emitida em 08/04/2021, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 533.446,57 (quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), possuindo como garantia Penhor Cédular de 1º grau da colheita da lavoura de SOJA TRANSG (Grãos) do período de set/2021 à mai/2022, de 780.750,00 kgs, no valor de R\$ 1.702.035,00 (um milhão setecentos e dois mil e trinta e cinco reais), bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34) e Dorvalina Maria Zeni (CPF: 014.911.639-09).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual esta Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Bancária nº 40/05129-3, emitida em 01/08/2017, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), possuindo como garantia Penhor Cédular de 1º grau da Colheitadeira, marca John Deere, modelo STS 9470, ano 2011, série nº 1CQ9470ACB0000414, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de 1 Plataforma, marca Massey Ferguson, modelo BPM 1145, ano 2011, série nº 71100140100, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e, ainda, de Hipoteca de 1º grau do Imóvel Lote rural nº 49 da Gleba Colônia Missões, situado na cidade de Dois

Vizinhos/PR, matrícula nº 20.848, do CRI de Dois Vizinhos/PR, de propriedade de Luiz Americo Zeni (CPF: 126.148.159-34).

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual esta Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Cédula de Crédito Bancário nº 40/13324-9 emitida em 02/08/2019, em nome de Auto Posto Zeni LTDA, no importe de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil), a ser utilizado em uma única vez, transferido à conta de depósito nº 6.506-4, agência 2169-5, possuindo como garantia Hipotecária Cedular de 1º grau do imóvel de matrícula nº 10.064, 2º CRI de Pato Branco/PR, **de propriedade de Volmir Rodrigo Belegante**, bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Vilmar Francisco Zeni (CPF: 839.611.199-53) e Sandra Joenck Zeni (CPF: 018.131.179-85).

Em data de 07/04/2020, foi firmado Termo Aditivo, afim de retificar a data do vencimento final da obrigação, para 23/08/2021, mantendo-se as demais disposições já fixadas e ratificando as garantias pessoais.

O presente contrato e aditivo restou acompanhado de planilha de débito, op. 40/13324-9 - CREDITO AGROINDUSTRIAL/LCA, a qual perfazia a monta de R\$ 93.779,69 (noventa e três mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos), em data de 20/05/2021.

Ademais, no que tange a garantia prestada no instrumento em comento, uma vez conferida sobre bem de terceiro que não integra o patrimônio das Recuperandas, tem-se que o valor será mantido na classe quirografária, uma vez que a prerrogativa conferida na ordem de pagamento ocorre somente em relação ao prestador da garantia real.

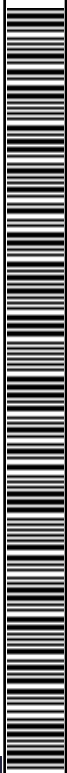
Sobre o tema, o Doutrinador Marcelo Sacramone elucida o que segue, *infra*:

“(...) A garantia real conferida sobre o bem de terceiro, não integrante do patrimônio do empresário recuperando ou do devedor falido, não permite a classificação do crédito como crédito com garantia real. Embora classificação do crédito seja realizada com base no maior ou menor risco de inadimplemento do crédito, referido risco deveria ser aferido apenas em relação ao patrimônio do devedor. (...) Dessa forma, o credor titular de crédito com garantia real sobre bem de terceiro não submetido à recuperação judicial ou falido deverá, em face da recuperanda ou da falida, ser considerado quirografário”.³(g.n).

Assim sendo, foi realizada a retificação do crédito oriundo Cédula de Crédito Bancário nº 40/13324-9 para a monta de **R\$ 93.779,69 (noventa e três mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos)** conforme planilha de débito apresentada pelo credor. No entanto, o referido crédito será mantido Classe III – Créditos Quirografários, em razão da garantia real conferida sobre bem de terceiro.

Desta feita, considerando que os contratos e planilhas de débitos apresentados pelo Credor, encontram-se devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, em consonância ao art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, **esta Administradora Judicial conclui pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo o crédito de sua titularidade habilitado no montante R\$ 3.361.402,47 (três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e sete centavos), na Classe II – Créditos com Garantia Real.**

³SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de Recuperação de empresas e Falência. 2ª edição, editora Saraiva, ano 2021.



1.3 ANUÊNCIA CREDOR COOPERATIVA DE CRÉDITO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 79.652,20	R\$ 79.652,20	R\$ 79.652,20

O Credor Cooperativa de Crédito Iguaçu Integrado - Sicoob Integrado, apresentou anuência quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ R\$ 79.652,20 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).

Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$ 79.652,20 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos)**, na Classe II – Créditos com Garantia Real.

1.4 ANUÊNCIA CREDOR COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL LIDERANÇA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 707.019,32	R\$ 707.019,32	R\$ 707.019,32

O Credor Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol Liderança, apresentou concordância quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ R\$ 707.019,32 (setecentos e sete mil e dezenove reais e trinta e dois centavos).

Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$ 707.019,32 (setecentos e sete mil e dezenove reais e trinta e dois centavos)**, na Classe II – Créditos com Garantia Real.

1.5 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR TURIM FERTILIZANTES BELTRÃO LTDA.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 300.000,00	R\$ 959.190,25	R\$ 959.190,25

O Credor Turim Fertilizantes Beltrão Ltda apresentou Divergência de Crédito em que requereu a atualização monetária, aplicação de juros e multa em seu crédito, bem como a reclassificação do valor indicado pelas Recuperandas na Classe III – Créditos Quirografários para a Classe II – Créditos com Garantia Real. Ainda requereu a retificação do nome do Credor constante como Turim Insumos

e Cereais Ltda para TURIM FERTILIZANTES BELTRÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.005.167/0001-52.

Em seu pedido de Divergência, requer o Credor a retificação do montante referente ao **Escritura Pública de Concessão de Crédito com Garantia Hipotecária** firmada em 17/04/2019 juntos aos produtores rurais Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni, onde lhes fora concedido o limite de crédito rotativo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a aquisição de insumos e mercadorias agrícolas, constando ainda, a empresa Auto Posto Zeni como fiadora e garantidora solidária.

Diante o limite de crédito concedido, conforme eram realizadas as aquisições dos produtos/insumos pelos produtores rurais, eram emitidas diversas duplicatas para registrar cada uma das transações, salientando que foram apresentadas pelo Credor as Duplicatas de Venda Mercantil de cada uma das operações realizadas entre as partes.

Assim sendo, foram emitidas duplicatas em nome de Vilmar Francisco Zeni na monta de R\$ 277.696,69 (duzentos e setenta e sete mil seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos), e R\$ 319.062,12 (trezentos e dezenove mil e sessenta e dois reais e doze centavos) em face de André Francisco Zeni.

Ante as duplicatas emitidas em face dos produtores rurais Recuperandos, requereu o Credor a aplicação de atualização monetária, juros e multa, bem como a reclassificação do montante indicado na Classe III – Créditos Quirografários para a Classe II – Créditos com Garantia Real, diante da previsão contratual de extensão da garantia ali prestada a todos os débitos oriundos de fatos geradores anteriores e posteriores a data da contratação.

Em análise ao mérito do requerimento formulado, no concernente a aplicação de atualização monetária, juros moratórios e multa contratual de 10%, esta Administradora Judicial entende plausível, dado que estão devidamente previstos na cláusula terceira, parágrafo único da Escritura Pública, conforme excerto *infra*:

outra transação comercial. **CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica acordado entre as partes que o não pagamento das compras e vendas mercantis realizadas pelos **OUTORGADOS DEVEDORES** junto a **OUTORGANTE CREDORA**, o não pagamento de qualquer título de crédito ou outro documento representativo de dívida dos **OUTORGADOS DEVEDORES**, o não cumprimento de contratos de compra e venda e outras obrigações, dará direito a **OUTORGANTE CREDORA** ingressar judicialmente com a ação competente para receber o seu crédito. **Parágrafo único:** O não pagamento dos valores devidos pelos **OUTORGADOS DEVEDORES** ou o cumprimento das obrigações assumidas, nos seus respectivos vencimentos, importará nos acréscimos de juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, correção monetária pelo IGP-M, multa de 10%(dez por cento), custas processuais e honorários advocatícios, sem

Veja-se que, pertinente aos juros e a atualização monetária, tem-se que os mesmos são devidos, desde que incidentes tão somente até a data do pedido de Recuperação Judicial, em sintonia ao princípio do par *conditio creditorum*, tarefa à qual o Credor logrou com exatidão, conforme se extraí dos cálculos apresentadas a esta Administradora Judicial.

Ademais, referente a multa contratual, o artigo 408 do Código Civil determina que uma vez ocorrida a hipótese de incidência da cláusula penal, a mesma irá operar de pleno direito, motivo pelo qual no contrato em pauta, é de reconhecer a sua aplicabilidade.

Em análise à planilha de débito atualizada apresentada pelo Credor, verifica-se que fora devidamente observado o limite de aplicação de juros e correção monetária previsto pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, o qual perfez o montante total de R\$ 959.190,25 (novecentos e cinquenta e nove mil cento e noventa reais e vinte e cinco centavos).

No que diz respeito a transferência integral do montante pertencente ao credor da **Classe III – Créditos Quirografários** para a **Classe II – Créditos com Garantia Real**, em atenção à disposição do art. 41, II, § 2º, da Lei 11.101/2005, esta Administradora Judicial entende ser oportuno, tendo em vista que o contrato possui garantia real relacionada ao imóvel matriculado sob o nº 9.652 no 2º CRI de Pato Branco-PR.

O pedido de reclassificação de parte do crédito pertencente ao Credor indicado pelas Recuperandas na Classe III – Créditos Quirografários para a **Classe II – Créditos com Garantia Real**, fora pautado nas cláusulas primeira e oitava da Escritura Pública em comento, transcrita *infra*:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A OUTORGANTE CREDORA abre em favor dos OUTORGADOS DEVEDORES, um único crédito rotativo até o limite total de **R\$300.000,00(trezentos mil reais)**, para aquisição de mercadorias, insumos agrícolas e demais produtos comercializados pela OUTORGANTE CREDORA, além de quaisquer outros contratos de compra e venda e outras transações comerciais, obrigando-se os **OUTORGADOS DEVEDORES a solverem todas e quaisquer dívidas, já contraídas ou que por ventura vierem a contrair, dentro dos prazos convencionados ou a serem estipulados, sempre representados através de títulos de créditos já emitidos ou a serem emitidos, seja pelos OUTORGADOS DEVEDORES, seja pela OUTORGANTE CREDORA, e/ou, através de contratos formalizados ou a serem realizados, Cédula de Produtor rural, contratos, confissões de dívida, adiantamentos, e/ou através de qualquer outro documento que comprove a entrega das mercadorias ou a dívida, inclusive por pedidos, notas fiscais e danfes emitidos, acima do referido limite de crédito, podendo os documentos representativo do crédito ser firmado ou assinado individualmente por qualquer dos OUTORGADOS DEVEDORES. 1.1. Fica ajustado que os OUTORGADOS DEVEDORES responderão SOLIDARIAMENTE pelas dívidas contraídas por qualquer um deles, independente de qual dos OUTORGADOS DEVEDORES firmou o documento representativo do crédito ou recebeu a mercadoria, garantindo a CREDORA, em caráter irrevogável e irretirável, as obrigações e avenças, diretas e indiretas, vencidas ou vincendas, certas ou contingentes, assumidas por qualquer dos OUTORGADOS DEVEDORES, referente a todos os valores devidos, inclusive em valores acima do limite de crédito concedido. CLÁUSULA**

preposto. **CLÁUSULA OITAVA:** O Imóvel deixado em garantia hipotecária, também ficará em garantia do pagamento total das compras e vendas já realizadas e a serem realizadas ou ainda qualquer outro débito eventualmente apurado em desfavor dos **OUTORGADOS DEVEDORES, inclusive em valores acima do limite de crédito concedido, juros, correção monetária, multa contratual, custas e despesas processuais e honorários advocatícios, caso a OUTORGANTE CREDORA ingresse judicialmente para haver seu crédito. CLÁUSULA NONA:**

Ante a previsão contratual de extensão da garantia hipotecária prestada pelos Devedores, ora Recuperandas, para débitos advindos de transações realizadas/formalizadas em momento pretérito e que até mesmo ultrapasse o limite do crédito concedido, bem como, considerando que o imóvel hipotecado fora avaliado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este superior a monta devida, esta Administradora Judicial entende pela reclassificação do crédito inicialmente elencado pelas Recuperandas na Classe III – Créditos Quirografários para a **Classe II – Créditos com Garantia Real**.

Ademais, quanto ao requerimento formulado de retificação do nome e CNPJ do credor titular do crédito em análise, verifica-se pelas Duplicatas de Venda Mercantil apresentadas, que foram todas emitidas pela empresa Turim Fertilizantes Beltrão Ltda, inscrita no CNPJ nº 20.005.167/0001-52, enquanto que a empresa relacionada pelas Recuperandas em sua relação de credores constava como Turim Insumos e Cereais Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.516.479/0001-49.

³STJ - REsp: 1634046 RS 2016/0250770-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 25/04/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/05/2017.
⁴STJ - Resp 1847042 SP 2019/0330637-8, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Data de Publicação DJ: 28/04/2020.

Desta forma, esta Administradora Judicial promoverá retificação da razão social e CNPJ do credor titular dos créditos em comento.

Ante o exposto, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** dos requerimentos formulados pelo Credor Turim Fertilizantes Beltrão Ltda, inscrita no CNPJ nº 20.005.167/0001-52, sendo retificado a monta do crédito de sua titularidade para **R\$ 959.190,25 (novecentos e cinquenta e nove mil cento e noventa reais e vinte e cinco centavos)**, habilitado em sua integralidade na **Classe II – Créditos com Garantia Real**.



2

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS
CLASSE III
CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS



2.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR BANCO BRADESCO S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 418.099,59	R\$ 120.596,47	R\$ 120.596,47

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de seu crédito a fim de excluir dos efeitos recuperacionais uma Cédula de Crédito Bancária com garantia de alienação fiduciária, bem como corrigir monetariamente demais contratos.

Quanto ao contrato em que o Credor requer sua exclusão da relação de credores por possuir garantia de alienação fiduciária, qual seja **Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 005.378.247**, no montante de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no qual possui como garantia de alienação fiduciária “TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO 7390, ANO 2016. N° SERIE 7390354217”, avaliado em R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), fora elencado pelas Recuperandas em duas classes, Classe II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários.

Assim sendo, conforme já exposto no item “1.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR BANCO DO BRADESCO” delineado alhures, o contrato em pauta será excluído da aludida relação de credores, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ademais, requereu o credor a aplicação de atualização monetária e juros sob os créditos oriundos da Nota de Crédito Rural nº 398353, e débito em conta corrente 12-4, agência 5831. Assim sendo, verifica-se que planilha de débito atualizada apresentada pelo Credor, observou o limite de aplicação de juros e correção monetária previsto pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, o qual perfez R\$ 113.795,15 (cento e treze mil setecentos e noventa e cinco reais e quinze centavos) e R\$ 6.801,32 (seis mil oitocentos e um reais e trinta e dois centavos), respectivamente.

Ante o exposto, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo devidamente retificado o crédito de sua titularidade, para o importe de **R\$ 120.596,47 (cento e vinte mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.



2.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR BANCO DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.292.271,26	R\$ 908.902,23	R\$ 1.143.307,15

O Credor Banco do Brasil S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de seu crédito habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Cédula de Abertura de Crédito BB Giro Empresa nº 856.302.857, emitida em 10/11/2020, em nome de Auto Posto Zeni LTDA, com crédito rotativo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinado a capital de giro ou ao financiamento para aquisição de bens e serviços, a ser transferido à conta de depósito nº 6.506-4, agência 2169-5.

Requer o Credor a atualização monetária do débito da cédula em análise, perfazendo a monta de **R\$ 252.666,57 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme planilha de débito apresentada pelo Credor, nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, o que será devidamente retificado por esta Administradora Judicial.

Cédula de Crédito Bancário nº 856.303.831, emitida em 10/03/2021, em nome de Auto Posto Zeni LTDA, com crédito rotativo de R\$ 75.716,00 (setenta e cinco mil, setecentos e dezesseis reais), possuindo como garantia aval prestado por André Francisco Zeni (CPF: 075.111.229-14) e, ainda, alienado fiduciariamente os bens adquiridos com o financiamento, no valor global de R\$ 94.645,99 (noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), individualizado ao final do contrato, cf. pág. 7 do instrumento.

Em sede de Divergência apresentada à esta Administradora Judicial, o credor questiona a sujeição da CCB em tela, devido sua extraconcursabilidade.

Todavia, conforme se depreende da Relação de Credores, no mesmo sentido da pretensão do credor, o contrato em pauta não fora elencado pelas Recuperandas, razão pela qual não há objeto o requerimento formulado.

Cédula BB Pronaf Investimento nº 52121980, emitida em 13/01/2021, em nome de Vilmar Francisco Zeni, com crédito rotativo de R\$ 228.900,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos reais).

Contudo, após análises dos documentos enviados tanto pelas Recuperandas quanto em sede de Habilitação e Divergência pelo Credor, verificou-se que o **extrato da operação em tela se refere a operação vinculada a Cédula de Crédito Bancário nº CCB 40/06347-X**, habilitada na Classe II –

Créditos com Garantia Real, emitida em 05/01/2027, no valor nominal de R\$ 19.075,00 (dezenove mil e setenta e cinco reais), exatamente do modo com que constou no extrato apresentado – inclusive apresentando os lançamentos futuros da mencionada parcela.

Ademais, constatou-se a similaridade das informações do contrato e o valor, contidos na Relação Nominal das Recuperandas, confirmando, portanto, sua inclusão em duplicidade.

Por fim, ressalta que, em sede de Habilitação e Divergência apresentada pelo credor à esta Administradora Judicial, foram indicadas todas as operações existentes entre as partes, restando ausente o mencionado título, confirmando, assim, o equívoco apresentado.

Diante de todo o exposto, esta Administradora Judicial promoverá a exclusão da CCB BB Pronaf Investimento – 52121980, habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, da Relação Nominal de Credores.

Cédula de Crédito Bancário nº 1.954.987, emitida em 22/09/2017, em nome de Vilmar Francisco Zeni, no valor de R\$ 42.134,00 (quarenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais), sendo emitida Proposta de Participação em Grupo de Consórcio, por Adesão, Referenciado em Bens Móveis para aquisição do veículo Ford KA 1.0, 4P, o qual fora ofertado em alienação fiduciária.

Em sede de Divergência apresentada à esta Administradora Judicial, o credor questiona a sujeição da CCB em tela, devido sua extraconcursabilidade.

Todavia, conforme se depreende da Relação de Credores, no mesmo sentido da pretensão do credor, o contrato em pauta não fora elencado pelas Recuperandas, razão pela qual não há objeto o requerimento formulado.

Cédulas de Crédito Bancário nsº 483191, 483699 e 499525, emitida em nome de Vilmar Francisco Zeni, com crédito rotativo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo indicados pelo Credor como valores devidos R\$ 196.912,12 (cento e noventa e seis mil, novecentos e doze reais e doze centavos), R\$ 98.344,58 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e R\$ 335.306,24 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e seis reais e vinte e quatro centavos), respectivamente.

Para tanto, apresentou o Credor planilhas de débito atualizadas, respeitando a limitação imposta pelo art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, razão pela qual serão os valores retificados por esta Administradora Judicial na Relação Nominal de Credores, nos moldes requeridos.

Cédulas de Crédito Bancário nsº 47140601 e 11377671, sendo apresentada planilha de débito referente a fatura de cartão de crédito, Ourocard Empresarial Mastercard nº 47140601 e Visa nº 11377671, oriundos do Termo de Adesão aos Cartões Ourocard Empresariais, emitido em nome de Auto Posto Zeni LTDA, vinculada a conta corrente nº 6.506-4, agência 2169-5, com limite rotativo



de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), apontando o valor devido de R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais) e R\$ 16,00 (dezesseis reais), respectivamente, conforme planilhas de débitos atualizados apresentados nos moldes do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005.

Assim, consoante informações contidas na Relação de Credores das Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela procedência da retificação dos valores oriundos dos contratos em análise na Relação Nominal de Credores.

Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente Cheque Ouro Empresarial nº 216.910.113 e 6506, emitido em nome de Auto Posto Zeni LTDA, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósito nº 6506-4, até a concorrência do mencionado valor.

Foi apresentada pelo credor, em sede de Habilitação e Divergência, planilha de cálculo referente ao extrato da conta, no valor de R\$ 15.693,72 (quinze mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos), bem como o valor do débito referente às tarifas bancárias, em R\$ 13,00 (treze reais), ambos com posição para 20/05/2021, em atenção ao disposto no art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, razão pela qual esta Administradora Judicial promoverá a retificação do valor do crédito oriundo dos contratos em pauta.

Cédula de Crédito Bancário – Proposta de Adesão a Produtos e Serviços – Pessoa Física, em nome de Vilmar Francisco Zeni nº 19439380 e 75033941, emitido em nome de Vilmar Francisco Zeni e Sandra Joenck Zeni, formalizando a abertura de conta corrente conjunta do casal, nº 6446-7 e conta poupança nº 10.006.446-9, de cartão BB Visa Eletron e ainda, cheque ouro com limite de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em sede de Habilitação e Divergência, questiona o Credor o contrato em comento e questiona sua sujeição – indicado na Relação de Credores apresentados pelas Recuperandas como “Conta Corrente” na Classe III – Créditos Quirografários –, alegando que não decorre exclusivamente das atividades rurais, razão pela qual não deve compor o Quadro Geral de Credores.

Não obstante a apresentação da mencionada operação e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não apresentou documento hábil a ensejar a retificação do valor já relacionado.

Cédulas de Crédito Bancário nº 4002175 e 4005262, emitidas em nome de **Pamela Lucini** (CPF: 075.240.919-07) e **Letícia Cristine Antonioli** (CPF: 076.717.729-09), nos valores de R\$ 26.826,27 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos) e R\$ 27.631,32 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), respectivamente, considerando que o produtor rural Vilmar Francisco Zeni figura como avalista das obrigações assumidas por aquelas.

Contudo, verifica-se que os empréstimos foram contraídos por terceiros, estranhos ao presente procedimento, os quais levantaram os valores objeto dos contratos em tela para seus devidos fins, que não coadunam com a atividade do Sr. Vilmar Francisco Zeni, uma vez que esse apenas avalizou os instrumentos supra.

Deste modo, considerando que as Recuperandas não figuram na relação jurídica dos mencionados contratos, esta Administradora Judicial conclui pela **improcedência** do requerimento do Credor.

Cédulas de Crédito Bancário nº 919223580 e 480377, não obstante a menção das operações e contrato em comento, em sede de Habilitação e Divergência, verifica-se que o Credor não apresentou documentos hábeis a ensejar a retificação dos valores já relacionados.

Verifica-se que o Credor não realizou qualquer questionamento quanto ao valor e classificação do indigitado crédito, razão pela qual esta Administradora Judicial informa que será mantido o importe indicado na Relação de Credores apresentada pelas Recuperandas.

Quanto as Cédulas de **Crédito Bancário 29633, 116354457 e 216910926**, não foram acompanhados do envio de documentos que comprovam a pretensão do Credor, tampouco foram apresentadas as Cédulas de Crédito respectivas, razão pela qual resta prejudicada a análise dos requerimentos.

Por fim, quanto a **Cédula de Crédito Bancário nº 40/13324-9** emitida em 02/08/2019, em nome de Auto Posto Zeni LTDA, no importe de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil), a ser utilizado em uma única vez, transferido à conta de depósito nº 6.506-4, agência 2169-5, possuindo como garantia Hipotecária Cédular de 1º grau do imóvel de matrícula nº 10.064, 2º CRI de Pato Branco/PR, de propriedade de Volmir Rodrigo Belegante, bem como garantia fidejussória, sendo o aval prestado por Vilmar Francisco Zeni (CPF: 839.611.199-53) e Sandra Joenck Zeni (CPF: 018.131.179-85), inobstante a divergência apresentada pelo credor, o contrato será mantido na Classe III – Créditos Quirografários, nos termos supra dispostos.

Como aludido acima, o credor titular de crédito com garantia real sobre bem de terceiro não submetido à recuperação judicial, deverá, em face as Recuperandas, ser considerado quirografário.

Desta feita, considerando os contratos e planilhas de débitos apresentados pelo Credor, encontrando-se os créditos devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, em consonância ao art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, **esta Administradora Judicial conclui pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo o crédito de sua titularidade habilitado no montante R\$ 1.143.307,15 (um milhão, cento e quarenta e três mil, trezentos e sete reais e quinze centavos), na Classe III – Créditos Quirografários.**



2.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.450.095,85	R\$ 1.495.648,11	R\$ 1.495.648,11

O Credor Coasul Cooperativa Agroindustrial apresentou Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor do crédito de sua titularidade para a monta de R\$ 1.495.651,11 (um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e onze reais e onze centavos) na Classe III – Créditos Quirografários.

O crédito em pauta deriva-se da venda de insumos agrícolas, oportunidades em que eram emitidas notas fiscais em cada uma das operações, as quais foram apresentadas pelo Credor, bem como os comprovantes de pagamentos das notas já adimplidas, com o fito de instruir sua pretensão.

Assim sendo, requereu o credor a exclusão dos créditos indicados em duplicidade na relação de credores apresentada pelos mesmos. Ademais, requereu o credor a habilitação de créditos não arrolados na referida relação.

Ante o exposto, com base nas informações e documentação apresentadas pelo Credor, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** dos requerimentos formulados, sendo retificado a monta do crédito de sua titularidade para **R\$ 1.495.648,11 (um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e onze centavos)**, habilitado na **Classe III – Créditos Quirografários.**

2.4 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 14.828,00	R\$ 51.018,15	R\$ 51.018,15

O Credor Coopavel Cooperativa Agroindustrial apresentou Divergência de Crédito diretamente a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a retificação do valor do crédito de sua titularidade para a monta de R\$ 51.018,15 (cinquenta e um mil dezoito reais e quinze centavos) na Classe III – Créditos Quirografários.

Em seu pedido de Divergência, requer a **exclusão** do crédito advindo do **Contrato 568** elencado na relação de credores apresentado pelas Recuperandas, tendo em vista seu adimplemento.

Ainda, requereu a habilitação do **Contrato de Compra e Venda de Produtor Agrícolas nº 801**, celebrado entre as partes em 26/04/2021, no valor de R\$ 51.018,15 (cinquenta e um mil e dezoito reais e quinze centavos), na Classe III – Crédito Quirografários.

Neste interim, conforme previsão do art. 49 da Lei 11.101/2005, **“estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”**, dessa forma, o débito oriundo do contrato em pauta está sujeito aos efeitos recuperacionais.

Ante o exposto, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo excluído da Relação Nominal de Credores a monta advinda do Contrato nº 568, bem como devidamente habilitado na Classe III – Créditos Quirografários o importe de **R\$ 51.018,15 (cinquenta e um mil e dezoito reais e quinze centavos)**, advindo do Contrato de Compra e Venda de Produtor Agrícolas nº 801.

2.5 ANUÊNCIA CREDOR COOPERATIVA DE CRÉDITO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 683.271,25	R\$ 683.271,25	R\$ 683.271,25

O Credor Cooperativa de Crédito Iguaçu Integrado - Sicoob Integrado, apresentou anuência quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ 683.271,25 (seiscentos e oitenta e três mil duzentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$ 683.271,25 (seiscentos e oitenta e três mil duzentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

2.6 ANUÊNCIA CREDOR COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL LIDERANÇA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 26.889,88	R\$ 26.889,88	R\$ 26.889,88

O Credor Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol Liderança, apresentou concordância quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ 26.889,88 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).



Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$ 26.889,88 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

2.7 ANUÊNCIA CREDOR COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO - SICREDI IGUAÇU

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 407.918,46	R\$ 407.918,46	R\$ 407.918,46

O Credor Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento - Sicredi Iguaçu, apresentou anuência quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ 407.918,46 (quatrocentos e sete mil novecentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos).

Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$ 407.918,46 (quatrocentos e sete mil novecentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.

2.8 ANUÊNCIA CREDOR DANIEL PERIN BANDEIRA

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

O Credor Daniel Perin Bandeira, apresentou anuência quanto ao valor do seu crédito indicado pelas Recuperandas no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do Contrato de Compra e Venda celebrado 02/05/2016 junto ao produtor rural Vilmar Francisco Zeni.

Ante o exposto, tendo em vista não haver divergência por parte do credor ou das Recuperandas e após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente mantido, no importe de **R\$100.000,00 (cem mil reais), na Classe III – Créditos Quirografários.**

2.9 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR SCHERER S.A. COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.915,37	R\$ 2.793,12	R\$ 2.793,12

O Credor Scherer S.A. Comércio de Autopeças apresentou Habilitação de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de seu crédito a fim de habilitar alguns créditos advindos de duplicadas/ notas fiscais na Classe III – Créditos Quirografários, não indicadas inicialmente pelas Recuperandas em sua Relação de Credores.

Requereu o Credor a habilitação de Duplicatas oriundas de transações comerciais destinadas à aquisição de peças automobilísticas, quais sejam 434819B1 e 434819B2 emitidas em 07/04/2021, no valor de R\$ 440,97 (quatrocentos e quarenta reais e noventa e sete centavos) cada, com vencimentos em 05/05/2021 e 02/06/2021, respectivamente, na Classe III – Crédito Quirografários.

Neste interim, conforme previsão do art. 49 da Lei 11.101/2005, **“estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”**, dessa forma, o débito oriundo do contrato em pauta está sujeito aos efeitos recuperacionais.

Ademais, requereu o Credor a aplicação de atualização monetária e juros no crédito oriundo da Duplicata 434819B1, vencida em 05/05/2021. Assim sendo, verifica-se que planilha de débito atualizada apresentada pelo Credor, observou o limite de aplicação de juros correção monetária previsto pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, o qual perfez o montante total de R\$ 440,97 (quatrocentos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

Ante o exposto, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo devidamente retificado o crédito de sua titularidade, para o importe de **R\$ 2.793,12 (dois mil setecentos e noventa e três reais e doze centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários.



3

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS
CLASSE IV
CRÉDITOS ME/EPP



3.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO CREDOR LA DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.386,30	R\$ 7.148,26	R\$ 3.617,10

O Credor LA Distribuidora de Lubrificantes EIRELI apresentou Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação de seu crédito a fim de habilitar notas fiscais na Classe IV – Créditos ME/EPP, não indicadas inicialmente pelas Recuperandas em sua Relação de Credores.

Além das notas fiscais já elencadas na relação de credores, requereu o Credor a habilitação da NF nº 72, emitida em 15/03/2021, com valor total de R\$ 2.788,50 (dois mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), NF nº 2100, emitida em 24/11/2020, com valor total de R\$ 1.022,88 (um mil e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), NF nº 2280, emitida em 17/12/2020, no valor total de R\$ 2.607,36 (dois mil seiscentos e sete reais e trinta e seis centavos), e NF nº 2495, emitida em 05/02/2021, no valor total de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais).

No que tange a nota fiscal nº 72, dividida em 5 (cinco) parcelas iguais de R\$ 557,70 (quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos), conforme comprovantes de pagamentos encaminhados pelas Recuperandas, a primeira parcela com vencimento em 19/05/2021 fora devidamente adimplida, restando pendente apenas o valor das demais parcelas.

Assim sendo, aplicando-se o abatimento da parcela paga, o montante devido da nota fiscal nº 72 é de R\$ 2.230,80 (dois mil duzentos e trinta reais e oitenta centavos).

Destarte, quanto as demais notas fiscais nºs 2100, 2280 e 2495, de acordo com os documentos apresentados pelas Recuperandas, as mesmas já se encontram devidamente quitadas em sua integralidade, razão pela qual esta Administradora Judicial não promoveu sua inclusão na Relação Nominal de Credores.

Ante o exposto, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** dos requerimentos formulados pelo Credor, sendo devidamente retificado o crédito de sua titularidade para o importe de **R\$ 3.617,10 (três mil, seiscentos e dezessete reais e dez centavos)**, na Classe IV – Créditos ME/EPP.



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

